



COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Companhia de Capital Aberto

CNPJ nº 15.144.017/0001-90
Certificado GEMEC RCA-200/76-024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **LUCRO LÍQUIDO** - O lucro líquido do exercício foi de R\$ 51.040 mil, que após acréscimo de dividendos prescritos no total de R\$ 587 mil, da realização da reserva de reavaliação no valor de R\$ 2.232 mil e realização da oscilação cambial de investimento no exterior de R\$ 1.435, resultou no montante de R\$ 55.294 mil, para o qual propomos a seguinte destinação: dividendo obrigatório R\$ 13.823 mil, dividendo adicional proposto R\$ 1.177 mil, reserva de lucros a realizar de R\$ 20.043 mil e retenção de lucros R\$ 20.951 mil, conforme orçamento de capital. **SETOR DE SEGUROS** - Em 2020, o setor foi afetado pela pandemia, pela queda da taxa de juros, e pela volatilidade de ativos, implicando em baixa remuneração das aplicações e seus efeitos nas provisões técnicas. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - O valor patrimonial da ação em 31/12/2020 ficou avaliado em R\$ 25,90 (R\$ 23,76, em 31/12/2019), representando um aumento de 9,01% em relação ao ano anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido inicial foi de 27,97% (9,28%, em 31/12/2019) e o lucro por ação R\$ 6,65 (R\$ 2,18, em 31/12/2019), com crescimento de 205,05% devido principalmente

à equivalência patrimonial da Companhia de Participações Aliança da Bahia que alienou 80% do seu investimento na Sociedade Anônima Hospital Aliança ao Hospital Esperança S.A. e da equivalência patrimonial da coligada Brasilcap Capitalização S.A. que apresentou um crescimento de 57,38% em 2020, conforme nota explicativa 8.1. **DESEMPENHO OPERACIONAL:** Considerando que a partir de janeiro de 2020, a Seguradora Líder do Consórcio DPVAT deixou de demonstrar as parcelas de prêmios, sinistros e outras verbas do movimento operacional do Consórcio, só permitindo às consorciadas contabilizar o percentual de participação sobre a margem mensal, informamos o seguinte, conforme nota explicativa nº 19. **PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS** - Os prêmios emitidos líquidos, sem a inclusão do consórcio DPVAT, no valor de R\$ 9.191, em 2019, para fins de melhor comparabilidade, alcançaram o valor de R\$ 1.010 mil (R\$ 713 mil, em 31/12/2019) representando um acréscimo de 41,65% em relação ao exercício anterior. **SINISTROS** - Os sinistros ocorridos, com os efeitos de resseguro, incluindo despesas, representaram em cada exercício uma reversão de R\$ 9.904 mil (R\$ 2.432 mil, em 31/12/2019), sem considerar o efeito da participação do consórcio DPVAT em 2019, no valor de R\$ 7.176.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - O quadro de investimentos demonstra a situação atual das participações em controlada, coligada e investida sob controle comum, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial - nota explicativa nº 8. **AUDITORIA** - Em atendimento à Instrução nº 381/2003, da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que durante o exercício de 2020 a Companhia de Seguros Aliança da Bahia efetuou pagamentos à BDO RCS Auditores Independentes SS por serviços de auditoria, sendo certo que não prestou qualquer outro serviço à Companhia. **DECLARAÇÃO DE DIRETORIA** - Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. **AGRADECIMENTOS** - Manifestamos às autoridades do setor nossa gratidão e alto apreço. Reiteramos, também, nossos agradecimentos aos nossos segurados, corretores e aos acionistas pela confiança e consideração que sempre nos têm distinguido, bem como aos nossos funcionários pelo apoio e colaboração. Salvador, 23 de fevereiro de 2021. **A Administração.**

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Disponível					
Caixa e Bancos		579	1.710	1.257	2.429
Aplicações	3b e 4	44.129	132.359	54.782	145.055
Créditos das operações com seguros e resseguros					
Prêmios a receber	5	33	40	33	40
Operações com seguradoras		295	176	295	176
Operações com resseguradoras		3.097	2.678	3.097	2.680
Outros créditos operacionais		2.447	2.018	2.447	2.018
		5.872	4.912	5.872	4.914
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	15 e 20	8.484	14.486	8.484	14.486
Títulos e créditos a receber					
Títulos e créditos a receber		877	221	877	221
Direitos resultantes da Venda de Imóveis		600	8.983	600	8.983
Créditos tributários e previdenciários	6	1.576	5.902	1.769	6.217
Outros créditos		8	76	8	76
		3.061	15.182	3.254	15.497
Outros valores e bens					
Despesas antecipadas		49	45	49	45
		57	39	57	39
Total do Ativo Circulante		62.231	168.733	73.755	182.465
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações	3b e 4	45.120	15.856	45.120	15.856
Créditos das operações com seguros e resseguros					
Operações com resseguradoras		101	101	101	101
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	15 e 20	57.016	61.916	57.016	61.916
Títulos e créditos a receber					
Créditos tributários e previdenciários	6	4.034	1.409	4.034	1.409
Depósitos judiciais e fiscais	7	80.401	79.836	80.401	79.836
		84.435	81.245	84.435	81.245
Total do Realizável a Longo Prazo		186.672	159.118	186.672	159.118
Investimentos	3c e 8				
Participações societárias		129.871	119.486	120.157	108.234
Imóveis urbanos não destinados a uso próprio		16.683	18.830	16.683	18.830
Outros investimentos		82	82	82	82
		146.636	138.398	136.922	127.146
Imobilizado	3d e 9				
Imóveis de uso próprio		4.251	4.139	4.251	4.139
Bens móveis		323	391	323	391
Outras imobilizações		60	599	60	599
		4.634	5.129	4.634	5.129
Intangível	3e				
		-	1	-	1
Total do Ativo Não Circulante		337.942	302.646	328.228	291.394
Total do ativo		400.173	471.379	401.983	473.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de Reais)										
	Reserva de Reavaliação			Reserva de Lucros			Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
	Capital social Integralizado	Ativos próprios	Ativos de coligada	Legal	Retenção de Lucros	Lucros a realizar				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100.000	9.087	2.204	20.000	20.359	-	10.948	18.171	-	180.769
Dividendos deliberados pela AGO de 29 de março de 2019	-	-	-	-	-	-	(10.948)	-	-	(10.948)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	311	311
Redução de alíquota da CSLL	-	461	-	-	-	-	-	-	-	461
Realização (líquida de tributos)	-	(1.065)	(11)	-	-	-	-	-	1.076	-
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(8.966)	-	(8.966)
Efeitos tributários sobre ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	-	3.090	-	3.090
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - investidas	-	-	-	-	-	-	-	8.487	-	8.487
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(2.979)	-	(2.979)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	16.773	16.773
Dividendo mínimo (nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	(4.540)	-	(4.540)
Dividendo adicional proposto (nota 12f)	-	-	-	-	-	-	120	-	-	120
Dividendo adicional proposto - exercício de 2014 (nota 12f)	-	-	-	(10.359)	-	-	10.359	-	-	-
Dividendo adicional proposto - exercício de 2015 (nota 12f)	-	-	-	(10.000)	-	-	10.000	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	13.500	-	-	-	(13.500)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100.000	8.483	2.193	20.000	13.500	-	20.479	17.803	-	182.458
Dividendos deliberados pela AGO de 31 de março de 2020	-	-	-	-	-	-	(20.479)	-	-	(20.479)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	587	587
Ajuste provisão - investida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	-	(1.285)	(947)	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(1.668)	-	(1.668)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	-	467	-	467
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - investidas	-	-	-	-	-	-	-	(748)	-	(748)
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	-	1.095	-	1.095
Realização de oscilação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(1.435)	1.435	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	51.040	51.040
Dividendo mínimo (nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	(13.823)	-	(13.823)
Dividendo adicional proposto (nota 12f)	-	-	-	-	-	-	1.177	-	(1.177)	-
Lucros a realizar	-	-	-	-	-	20.043	-	-	(20.043)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	20.251	-	-	-	(20.251)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100.000	7.198	1.233	20.000	33.751	20.043	1.177	15.514	-	198.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios Emitidos Líquidos	19	689	9.904	689	9.901
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios		321	(3.076)	321	(2.900)
Prêmios Ganhos	21a	1.010	6.828	1.010	7.001
Receita com Emissão de Apólices (Consórcio DPVAT)		-	2.532	-	2.532
Sinistros Ocorridos	21b	13.437	(947)	13.437	(1.234)
Custos de Aquisição	21c	(39)	(42)	(38)	(911)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	21d	1.071	(1.754)	1.074	(1.754)
Resultado com Resseguro	21e	(9.755)	(3.798)	(9.755)	(3.612)
Despesas Administrativas	21f	(16.763)	(26.859)	(16.769)	(27.864)
Despesas com Tributos	21g	(1.116)	(2.187)	(1.364)	(2.877)
Resultado Financeiro	21h	196	16.487	2.359	20.140
Resultado Patrimonial	21i	54.672	14.493	52.759	13.439
Resultado Operacional		42.713	4.753	42.713	4.860
Ganhos com ativos não correntes	8.2	6.758	13.707	6.758	13.707
Resultado antes dos tributos		49.471	18.460	49.471	18.567
Imposto de renda	17	991	(1.042)	991	(1.149)
Contribuição social	17	578	(645)	578	(645)
Lucro líquido do exercício		51.040	16.773	51.040	16.773
Quantidade de Ações		7.680	7.680	7.680	7.680
Lucro líquido por ação - Em R\$ (básico e diluído)		6,65	2,18	6,65	2,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	51.040	16.773	51.040	16.773
Outros resultados abrangentes	530	1.019	530	1.019
Dividendos prescritos	587	311	587	311
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	2.232	1.076	2.232	1.076
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.668)	(8.966)	(1.668)	(8.966)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	467	3.090	467	3.090
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - investidas	(748)	8.487	(748)	8.487
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	1.095	(2.979)	1.095	(2.979)
Realização de oscilação cambial de investimento no exterior	(1.435)	-	(1.435)	-
Total do resultado abrangente do exercício	51.770	17.792	51.770	17.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	51.040	16.773	51.040	16.773
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização (Ganho)/Perda na alienação de investimento e imobilizado	613	669	613	843
Resultado de equivalência patrimonial	(7.163)	(13.430)	(7.163)	(13.430)
Despesas com juros	(56.170)	(17.438)	(54.257)	(18.777)
Receitas com juros	681	1.851	681	1.851
Varição das contas patrimoniais	(2.308)	(2.870)	(2.308)	(2.870)
- Ativos financeiros	(15.975)	17.083	(13.933)	16.439
Créditos das operações de seguros e resseguros	(960)	(2.010)	(957)	(262)
Ativos de resseguros	10.901	5.847	10.901	6.119
Créditos fiscais e previdenciários	815	324	937	910
Depósitos judiciais e fiscais	442	(1.996)	442	(1.996)
Despesas antecipadas	(17)	11	(17)	11
Outros ativos	1.040	795	1.048	774
Impostos e contribuições	(1.587			



>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de Reais)		Controladora			
		31/12/2020		31/12/2019	
		Saldo	%	Saldo	%
Receitas					
Receitas com operações de seguros	689	9.904	689	9.901	
Outras	2.372	3.954	2.375	3.954	
Ajustes de perdas do valor recuperável de créditos	(458)	(466)	(458)	(466)	
	2.603	13.392	2.606	13.389	
Variações das provisões técnicas					
Operações de seguros	321	(3.076)	321	(2.900)	
Receita operacional líquida	2.924	10.316	2.927	10.489	
Benefícios e sinistros					
Sinistros	16.551	(13.038)	16.551	(13.428)	
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(137)	12.511	(137)	12.614	
	16.414	(527)	16.414	(814)	
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia e outros	(6.075)	(14.189)	(6.083)	(14.405)	
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(1.693)	(1.739)	(1.691)	(3.224)	
	(7.768)	(15.928)	(7.774)	(17.629)	
Valor adicionado bruto	11.570	(6.139)	11.567	(7.954)	
Depreciação e amortização	(613)	(669)	(613)	(843)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	10.957	(6.808)	10.954	(8.797)	
Valor adicionado recebido / cedido em transferência					
Receitas financeiras	5.687	27.114	10.162	31.538	
Resultado de equivalência patrimonial	56.170	17.438	54.257	18.777	
Resultado com operações de resseguros cedidos	(9.755)	(3.798)	(9.755)	(3.612)	
Resultado com operações de cosseguros cedidos	(2.977)	(419)	(2.977)	(419)	
Outras	8.028	15.524	8.028	13.131	
	57.153	55.859	59.715	59.415	
Valor adicionado total a distribuir	68.110	49.051	70.669	50.618	
Pessoal					
Remuneração direta	(5.846)	(8.138)	(5.846)	(8.138)	
Benefícios	(2.432)	(2.808)	(2.432)	(2.808)	
FCTS	(1.034)	(3.395)	(1.034)	(3.395)	
	(9.312)	(14.341)	(9.312)	(14.341)	
Impostos, Taxas e Contribuições					
Federais	(795)	(5.378)	(1.042)	(6.174)	
Estaduais	(15)	(11)	(15)	(11)	
Municipais	(1.346)	(1.537)	(1.346)	(1.537)	
	(2.156)	(6.926)	(2.403)	(7.722)	
Remuneração de Capitais de Terceiros					
Juros	(5.491)	(10.627)	(7.803)	(11.398)	
Aluguéis	(111)	(384)	(111)	(384)	
	(5.602)	(11.011)	(7.914)	(11.782)	
Remuneração de Capital Próprio					
Dividendos	(13.823)	(4.540)	(13.823)	(4.540)	
Lucros retidos	(37.217)	(12.233)	(37.217)	(12.233)	
	(51.040)	(16.773)	(51.040)	(16.773)	
Total do valor adicionado distribuído	(68.110)	(49.051)	(70.669)	(50.618)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações)

1 Contexto operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (Companhia), constituída em 1870, tem por objetivo social as operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo e vida em grupo, participando inclusive do Consórcio DPVAT. Em 24 de novembro de 2020, foi deliberada através da AGE das consorciadas, a dissolução do Consórcio DPVAT, de forma que a partir de 1º de janeiro de 2021 estarão vedadas quaisquer novas subscrições de risco pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas, ficando a Seguradora Líder designada a administrar o *run off* dos ativos, passivos e negócios do Consórcio e Seguros DPVAT realizados até 31 de dezembro de 2020. A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com a sucursal em São Paulo, bem como através de uma subsidiária integral no Uruguai denominada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (em processo de liquidação voluntária). Dentre as atividades realizadas pela Companhia, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (referência no mercado de capitalização) e outras conforme nota explicativa nº 8.1, bem como investimentos em operações imobiliárias. • **COVID 19** - Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, o que desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, gerando um grau de incerteza para os agentes econômicos. A Companhia atenta as notícias dos casos da COVID-19 pelo mundo e em alinhamento com as recomendações das autoridades de saúde nacionais e internacionais, vem adotando medidas preventivas como forma de preservar a segurança, a saúde e o bem-estar dos colaboradores, parceiros, clientes e terceiros. Os colaboradores estão desempenhando suas funções em regime intermitente por meio de acesso remoto, realizando as rotinas de trabalho presencial e *home office*. Todos os canais de relacionamento com clientes e beneficiários seguem funcionando, sendo garantido o atendimento em nossa Matriz e Sucursal de São Paulo. Das medidas disponibilizadas pelo Governo, a Companhia aderiu ao dispositivo constante no artigo 19 da MP 927/2020, que suspendeu a exigibilidade do recolhimento do FGTs pelos empregadores, referente às competências de março, abril e maio de 2020, com vencimento em abril, maio e junho de 2020, respectivamente, atualmente encontram-se regularizados os meses mencionados. Até o momento, a Companhia não enfrentou dificuldades e não há expectativa de restrições operacionais futuras na regulação de possíveis sinistros, uma vez que opera com um número restrito de Estipulantes, e apenas nas Carteiras de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivo. A Companhia informa que houve impactos na sua carteira de investimento com a desvalorização da Bolsa de Valores, das demais aplicações financeiras e a queda de juros, relacionados a crise no país.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras individuais estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Entidades Abertas de Previdência Complementar, Sociedades de Capitalização, Sociedades Seguradoras e Resseguradoras Locais. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não haver diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o da controladora, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em um único conjunto. A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 foi concedida pela Diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2021. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2021. • **Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A moeda funcional e de apresentação é o real (R\$), sendo os valores das demonstrações financeiras individuais e consolidadas expressas em milhares de reais.

3 Principais práticas contábeis

a) **Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os seguintes principais aspectos: • **Prêmios e comissões**: Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices, deduzidos dos cancelamentos e restituições e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, quando aplicável. As informações do Consórcio DPVAT só foram consideradas até 2019, devido à mudança na forma de contabilização. • **Retrocessões**: O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações e provisões técnicas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas. b) **Ativo circulante e realizável a longo prazo (não circulante) - I. Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração (nota explicativa nº 4)**: • **Titulos para negociação - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4)**: Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado. • **Titulos mantidos até o vencimento - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4)**: Representam títulos e valores mobiliários não derivativos para os quais existem intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos ganhos auferidos, os quais são contabilizados no

resultado. • **Titulos disponíveis para venda - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 4)**: Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não se enquadram nas outras categorias. São ajustados ao valor de mercado, computando-se as valorizações ou desvalorizações em contrapartida à conta "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, com seu respectivo efeito tributário. Quando da alienação dos títulos procede-se à baixa dos ganhos ou perdas para o resultado. • **Empréstimos e recebíveis** - Representam ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, quando aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável. Nesta categoria se encontram os prêmios de seguro a receber, os sinistros pagos a recuperar, aluguéis e outros créditos operacionais (representados substancialmente por operações com a Caixa Econômica Federal - SFH), bem como direitos resultantes da venda de imóveis. A redução ao valor recuperável dos créditos de realização duvidosa é constituída tomando por base os valores vencidos há mais de 60 dias para os saldos de prêmios a receber, os valores a recuperar do IRB - Brasil Resseguros S.A. referentes aos sinistros pagos, avaliados após a remessa de cobrança; e para os demais créditos o montante suficiente para suportar a perda esperada. A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis. ii. **Demais itens** - Os demais itens classificados no ativo circulante e no realizável a longo prazo (não circulante) são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos. A provisão para redução do valor dos demais créditos de realização duvidosa é constituída em base suficiente para suportar a perda esperada, quando aplicável. Nos ativos circulante e não circulante, na rubrica "ativos de resseguros - provisões técnicas", está considerada a parte do ressegurador no montante das provisões de sinistros a liquidar e de despesas relacionadas - PDR. As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante. A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis. c) **Investimentos** - As participações societárias em controlada, coligada e investida sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das demonstrações financeiras individuais. Quando uma mudança por diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a investidora reconheceu sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. Neste grupo estão classificados, também, os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, aplicando-se o método de custo deduzido de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006. Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo ou venda. A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 8. d) **Imobilizado** - Demonstrado ao custo de aquisição/formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, exceto quanto aos imóveis (terrenos e edificações) que foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006. A Companhia verifica no final de cada exercício a necessidade de reconhecer perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado, bem como as taxas de depreciação. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo ou venda. A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 9. e) **Intangível** - Representa o custo de aquisição e desenvolvimento de softwares, deduzido das amortizações que são calculadas pelo método linear à taxa de 20% a.a., sem valor residual em milhares de reais em 31 de dezembro de 2020. f) **Passivos circulante e não circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Com referência às provisões técnicas a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e na circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores. • **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)** - Calculada "pro-rata" dia com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Não houve contabilização para esta provisão na controladora e na controlada que se encontra em liquidação voluntária. • **Provisão Complementar de Cobertura** - Esta provisão deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado semestralmente no Teste de Adequação de Passivos (TAP), relacionada à PPNG (registros e não registros), a qual não é cumulativa. Em 31 de dezembro de 2020 foi apurado o valor de R\$ 2.755 classificado no passivo não circulante correspondente a prêmios futuros (R\$ 3.076, em 31/12/2019), conforme consta na nota explicativa nº 20. b. A Companhia fez reforço destes valores nos ativos garantidores para dar cobertura às provisões técnicas. • **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)** - Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar a seguir e para as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A. O montante correspondente ao Consórcio DPVAT foi contabilizado até 2019, baseado nas informações da Seguradora Líder. A partir de janeiro de 2020, a Seguradora Líder autorizou a baixa da provisão. • **Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)** - Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, agregadamente, os valores de sinistros avisados e não pagos. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, também líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Em 31 de dezembro de 2020, esta provisão foi atualizada para o valor de R\$ 220 (R\$ 881, em 31/12/2019), conforme teste de adequação de passivos (TAP). • **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)** - Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro, não sendo expressiva a contabilização das variações verificadas no exercício. O montante correspondente ao Consórcio DPVAT foi contabilizado até 2019, baseado nas informações da Seguradora Líder. A partir de janeiro de 2020, a Seguradora Líder autorizou a baixa da provisão. • **Provisão de despesas relacionadas (PDR)** - Constituída mensalmente para cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada, líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros. O montante correspondente ao Consórcio DPVAT foi contabilizado até 2019, baseado nas informações da Seguradora Líder. A partir de janeiro de 2020, a Seguradora Líder autorizou a baixa da provisão. • **Teste de adequação de passivos (TAP)** - O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emittentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos,

constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada data de divulgação semestral e anual das demonstrações financeiras, através de um teste de adequação de passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador. Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de riscos definidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), conforme determinação da SUSEP, e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e dezembro de cada ano. Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos "mantidos até o vencimento" em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecer a na provisão complementar de cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais provisões técnicas (PSL, PDR, IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalcular o teste de adequação. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou o teste de adequação de passivos (TAP), concluindo pela contabilização da reversão parcial da provisão complementar de cobertura para os prêmios futuros não registrados de curto e longo prazos para o ramo Vida em Grupo (0993) no valor R\$ 321. Para a provisão técnica de sinistros a liquidar (PSL), a Companhia fez um ajuste na própria provisão, através da reversão de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) no valor de R\$ 661 para os ramos Responsabilidade Civil Geral (0351) e Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (0553). • **Provisões para tributos diferidos** - As provisões para tributos diferidos são calculadas sobre os efeitos diferidos decorrentes de valores não tributáveis temporariamente. Estas provisões são constituídas sobre os ganhos não realizados na carteira de ações (circulante) e sobre a reserva de reavaliação (em 2006) de imóveis e oscilação cambial de investimento no exterior (não circulante). A composição detalhada destas provisões consta da nota explicativa nº 10. • **Provisões judiciais fiscais e cíveis** - Os valores das provisões judiciais fiscais decorrem de questionamentos judiciais e são atualizados monetariamente, de acordo com os índices legais aplicáveis às diversas circunstâncias. A composição detalhada destas provisões consta na nota explicativa nº 11. A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estas provisões por não serem aplicáveis. g) **Estimativas contábeis** - A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem cálculos para redução ao valor recuperável de contas a receber, imóveis (vidas úteis e *impairment*), provisões técnicas, fiscais e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser afetada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente. h) **Créditos de consolidação** - No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas intercompanhias, o investimento na controlada, as receitas, despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre as Companhias consolidadas, quando aplicável. A controlada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. foi autorizada a funcionar em 24 de maio de 1995 pelo Poder Executivo do Uruguai no segmento de transporte, encontrando-se em processo de liquidação voluntária. Para fins de consolidação, os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do exercício e as contas de resultado pela média mensal da taxa de câmbio. O valor líquido das diferenças cambiais resultantes dessa conversão é contabilizado no patrimônio líquido, em linha específica. i) **Resultado por ação** - A Companhia efetua o cálculo do lucro líquido por ação utilizando a média ponderada das ações em circulação (ordinárias e preferenciais) durante o período correspondente ao resultado, sendo o mesmo para o básico e o diluído. j) **Demonstração do fluxo de caixa** - A referida demonstração foi elaborada pelo método indireto, baseada na demonstração prevista pelo órgão regulador. k) **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** - Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como suplemento das demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, segundo as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS's). A DVA foi preparada com base nas disposições contidas no Pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4.1. Movimento de aplicações (circulante e não circulante - consolidado)

4 Aplicações (consolidado)

Custo de aquisição	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldos	%	Saldos	%
Ativo Circulante				
a) Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)				
Título de renda fixa				
Títulos de renda fixa - Privados	26.353	26.443	26.5	37.259
Títulos de renda fixa - Públicos (Uruguai)	5.854	10.653	10.7	8.054
	32.207	37.096	37.2	45.313
Quotas de fundos de investimentos (DPVAT)				
	37.096	37,2	124.796	77,5
b) Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)				
Títulos de renda variável	11.596	17.510	17,5	12.512
c) Outras aplicações (custo amortizado)				
Outras	165	176	0,2	165
	54.782	54,9	145.055	90,1
Ativo Não Circulante				
a) Títulos mantidos até o vencimento (valor justo por meio do resultado)				
Títulos de renda fixa - Públicos (LFT)	35.960	36.229	36,2	7.453
Títulos de renda fixa - Públicos (LTN)	2.978	3.006	3,0	2.006
Títulos de renda fixa - Públicos (NTN)	5.547	5.885	5,9	5.997
	44.485	45.120	45,1	15.456
Total de aplicações	99.902	100,0	160.911	100,0

Independentemente da nomenclatura atualizada para as aplicações indicadas neste quadro não houve mudança de mensuração, comparativamente com o exercício anterior, que impactasse diferentemente o resultado ou outros resultados abrangentes. Houve baixa das aplicações no Consórcio DPVAT, conforme nota explicativa nº 27.2.

	Saldos em 31/12/2019		Resgate/Venda		Saldos em 31/12/2020	
	Saldo	Rendimento	Saldo	Rendimento	Saldo	Rendimento
Titulos de Renda Fixa - Privados	62.887	92.030	(119.890)	2.533	4.028	(4.896)
Titulos de renda fixa - Públicos	4.028	16.013	(4.896)	711	12.052	(12.052)
Titulos de Renda Fixa - Públicos - Uruguai	12.052	4.885	(12.885)	4.953	77.587	4.885
Quotas e Fundos de Investimentos (DPVAT)	77.587	9.408	(24.778)	-	28.922	9.408
Titulos de renda variável	28.922	-	-	-	165	-
Outros	165	-	-	-	165	-
Totais	185.641	122.336	(162.449)	8.197	7.186	160.911

5 Prêmios a receber

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	40	854
Emissão	691	716
Cobrança	(698)	(1.110)
Cancelamento	-	(2)
Redução ao valor recuperável	-	(418)
Saldo final	33	40

5.1 Posição de vincendas e vencidas (controladora)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios a vencer	33	40
Prêmios vencidos	-	-
Superior a 180 e > 365	-	3
Redução ao valor recuperável	-	(3)
Saldo final	33	40

6 Créditos tributários e previdenciários (controladora)

Referem-se ao valor de contribuição previdenciária incidente sobre remunerações pagas a administradores e trabalhadores autônomos, devidamente recolhidos no período compreendido entre outubro de 1988 e setembro de 1991. Recentemente, este processo foi definitivamente julgado de forma favorável à Companhia, motivo pelo qual foi requerida a habilitação do crédito no valor de R\$ 3.365,



>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 33.205 (R\$ 32.638, em 31/12/2019), cuja compensação, apesar de não estar adstrita a qualquer prazo prescricional, encontra-se limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

7 Depósitos judiciais e fiscais (controladora)

A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos, motivo pelo qual vem ingressando com ações judiciais e depositando os valores correlatos com o intuito de provocar a respectiva suspensão de exigibilidade, o mesmo ocorrendo com Taxas de Ocupação que vem sendo indevidamente cobradas pela União Federal. Adicionalmente, a Companhia vem depositando judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas. Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	Controladora		Acima especificados, devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente, pelo valor do litígio, sob a rubrica "provisões judiciais" (passivo não circulante), quando aplicável, conforme resumido na nota explicativa nº 11. Para os depósitos judiciais relacionados com processos de sinistros, há passivo equivalente sob a rubrica "provisões técnicas" no passivo não circulante.
	31/12/2020	31/12/2019	
Depósitos judiciais - Sinistros	3.332	3.727	
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	1.817	2.149	
PIS	16.873	16.599	
COFINS	57.935	56.923	
Taxa de Ocupação-União	171	168	
Trabalhistas	74	74	
CSLL - 2011	147	144	
Outros depósitos	52	52	
Total	80.401	79.836	

Os passivos tributários e de Taxa de Ocupação correspondentes aos valores depositados judicialmente,

8 Investimentos (controladora)

A composição dos investimentos está representada por:

	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias e outros investimentos	129.953	119.568
Propriedades para investimento	16.683	18.830
Total	146.636	138.398

A seguir estão demonstradas a composição e movimentação dos grupos de investimentos:

8.1. Participações societárias e outros investimentos

Controlada	Participação (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo)		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. 16.000.000 ações ON em 2020 e 2019 - em liquidação - (A)	100,0	100,0	8.633	7.283	9.714	11.252	1.914	(1.339)	9.714	11.252	1.914	(1.339)
Coligada												
Brasilcap Capitalização S.A. - 51.292.002 ações ON em 2020 e em 2019 - (B)	15,8	15,8	231.264	231.264	539.536	481.824	158.801	100.907	85.412	76.277	25.140	15.974
Investida sob controle comum												
Companhia de Participações Aliança da Bahia - 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2020 e 2019 - (C)	5,9	5,9	410.359	410.359	578.667	530.148	479.043	45.695	34.559	31.623	29.117	2.803
Outras participações societárias												
Redução ao valor recuperável												
Total da Participações societárias									129.871	119.486	56.171	17.438
Outros investimentos												
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total de Outros investimentos									82	82		

(A) A Controlada está em processo de liquidação voluntária, conforme fato relevante divulgado em 25 de março de 2019. Em 1 de dezembro de 2020, a AGE deliberou a distribuição de dividendo intermediário do exercício de 2020 e de resultados anteriores no montante de R\$ 4.973, creditado no dia 28 de dezembro de 2020. (B) A participação da Companhia sobre o capital volante é de 23,75% e de 15,83% do capital total. Em fevereiro de 2020, foi creditado o valor de R\$ 5.371 referente ao dividendo complementar do exercício de 2019. Em agosto de 2020, a Companhia recebeu o valor de R\$ 9.742 referente a distribuição de dividendo intermediário por conta do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2020. (C) Em cumprimento à nova redação do artigo 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, esse investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial por estar sob controle comum. Em 28 de abril de 2020, a AGE deliberou a distribuição de dividendo, cabendo a esta Companhia o valor de R\$ 2.040, creditado em 29 de maio deste ano. Em 3 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu o valor de R\$ 26.510 referente a distribuição de dividendo intermediário por conta do resultado do terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2020. Neste exercício a equivalência patrimonial está acrescida de R\$ 28.599 que corresponde ao efeito reflexo sobre o lucro obtido pela nossa investida, oriundo da alienação da participação de 80% do investimento na Sociedade Anônima Hospital Aliança ao Hospital Esperança S.A., integrante do Grupo Rede D'Or São Luiz, conforme nota explicativa nº 28 do ITR de 30/06/2020.

8.2. Propriedades para investimento

Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio	Valor de aquisição/reavaliação	Redução ao valor recuperável	Depreciação	31/12/2020	
				Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	12.006	(202)	-	11.804	12.539
Edificações e benfeitorias	8.682	(12)	(3.791)	4.879	6.291
Total	20.688	(214)	(3.791)	16.683	18.830

A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota 3c). Em 31 de dezembro de 2020, estão oferecidos imóveis no valor de R\$ 2.293 (R\$ 2.367, em 31/12/2019) em garantia de processos judiciais com sinistros e tributos. Em 29 de abril de 2020, a Companhia alienou quatro conjuntos de imóveis localizados em São Paulo, no valor de R\$ 8.400, à vista, gerando um ganho de R\$ 7.092 e encargo fiscal de R\$ 1.986. Em 17 de dezembro de 2020, alienou um apartamento localizado em São Paulo, no valor de R\$ 1.200, 50% à vista e o restante em 12 parcelas, gerando um ganho de R\$ 916 e encargo fiscal de R\$ 256.

8.3. Movimentação dos Investimentos (Controladora)

Participações Societárias Controlada	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Baixa	Transfê-rência	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Conversão acumulada	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Baixa	Transfê-rência	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Conversão acumulada	Saldo em 31/12/2020	Taxas anuais de depreciação	
																						Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.
Coligada/Investida sob controle comum																						
Brasilcap Capitalização S.A. Companhia de Participações Aliança da Bahia	76.277	-	-	(12)	-	(15.113)	(890)	25.139	-	85.413	31.623	-	-	(12)	-	(26.510)	141	29.117	-	34.359	20%	
Outros Investimentos																						
Outras participações	480	55	-	(4)	-	-	-	-	-	531	480	55	-	(4)	-	-	-	-	-	531		
(-) Redução ao valor recuperável	(146)	-	-	-	-	-	-	-	-	(146)	(146)	-	-	-	-	-	-	-	-	(146)		
Ações de incentivos fiscais	128	-	-	-	-	-	-	-	-	128	128	-	-	-	-	-	-	-	-	128		
(-) Redução ao valor recuperável	(46)	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)	(46)	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)		
Propriedades para investimento																						
Custo de aquisição/reavaliação	23.315	24	(2.891)	240	-	-	-	-	-	20.688	23.315	24	(2.891)	240	-	-	-	-	-	20.688		
(-) Depreciação	(4.271)	-	(287)	767	-	-	-	-	-	(3.791)	(4.271)	-	(287)	767	-	-	-	-	-	(3.791)		
(-) Redução ao valor recuperável	(214)	-	-	-	-	-	-	-	-	(214)	(214)	-	-	-	-	-	-	-	-	(214)		
TOTAL	138.398	79	(287)	(2.140)	240	(46.596)	(749)	56.170	1.521	146.636	138.398	79	(287)	(2.140)	240	(46.596)	(749)	56.170	1.521	146.636		

8.4. Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimento - A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017, permanecendo alguns imóveis em garantia de processos relacionados com sinistros e tributos. a) Unidades imobiliárias - O quadro abaixo demonstra a composição atual das unidades imobiliárias (classificação e quantidade). Muitos imóveis são das décadas compreendidas entre 1930 e 1960 e outros de maior potencialidade econômica foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970.

Descrição	Locadas	Disponíveis p/ Locação ou Venda	Total
Terrenos	-	12	12
Prédio residencial	-	1	1
Prédios comerciais	4	7	11
Apartamentos	4	-	4
Salas	26	3	29
Lojas	7	4	11
Casas	7	1	8
Conjuntos comerciais	6	12	18
Total	54	68	122

b) Posição de aluguéis a receber

A vencer	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos	131	154
30 dias	14	30
60 dias	25	25
90 dias	19	25
120 dias	16	26
150 dias	16	5
180 dias	15	5
>180 até 360 dias	118	41
>360 dias	658	468
Redução ao valor recuperável	(621)	(581)
Saldo final	389	218

c) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel - Os reajustes contemplam a variação anual do IGP-M/FGV, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

d) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos - Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, a fim de minimizar as perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado, cujo montante contabilizado no ativo possui o saldo de R\$ 621 (R\$ 561, em 31/12/2019). Os investimentos em imóveis, no valor de R\$ 16.683 (R\$ 18.830, em 31/12/2019), estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R\$ 7.715 (R\$ 9.356, em 31/12/2019). A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e do capital, segundo as normas vigentes na época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017. Os imóveis mais antigos estão situados em área decadente, na "parte antiga" de Salvador. Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros. Portanto, não existem riscos relevantes que possam afetar o patrimônio da Companhia.

9 Imobilizado (consolidado)

IMÓVEIS	Saldo em 31/12/2018	Adição	Depreciação	Baixa	Transfê-rência	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Baixa	Transfê-rência	Saldo em 31/12/2020	Taxas anuais de depreciação
Custo de aquisição	969	-	-	-	-	969	-	-	-	-	969	
(-) Redução ao valor recuperável	(80)	-	-	-	-	(80)	-	-	-	-	(80)	
Edificações - Custo/ Reavaliação												
Custo de aquisição	5.563	-	-	-	332	5.895	183	-	-	162	6.240	Nota(A)
(-) Depreciação	(2.423)	-	(221)	-	-	(2.644)	-	(234)	-	-	(2.878)	
BENS MÓVEIS												
Informática - hardware												
Custo de aquisição	293	27	-	-	(189)	131	23	-	-	(20)	134	20%
Custo de aquisição - Uruguai	169	-	-	-	-	169	-	-	(169)	-	-	
(-) Depreciação	(224)	-	(38)	-	189	(73)	-	(23)	-	20	(76)	
(-) Depreciação - Uruguai	(169)	-	-	-	-	(169)	-	-	169	-	-	
Outros - equipamentos												
Custo de aquisição	37	-	-	-	(1)	36	-	-	-	-	36	10%
(-) Depreciação	(10)	-	(4)	-	1	(13)	-	(4)	-	-	(17)	
Móveis, máquinas e utensílios												
Custo de aquisição	264	90	-	-	(76)	278	-	-	(7)	-	271	10%
Custo de aquisição - Uruguai	12	-	-	-	-	12	-	-	(12)	-	-	
(-) Depreciação	(195)	-	(26)	-	76	(145)	-	(23)	7	-	(161)	
(-) Depreciação - Uruguai	(12)	-	-	-	-	(12)	-	-	12	-	-	
Veículos												
Custo de aquisição	1.911	200	-	(1.432)	-	679	-	-	(291)	-	388	20%
(-) Depreciação	(1.908)	-	(26)	1.431	-	(503)	-	(40)	291	-	(252)	
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES												
Custo de aquisição	326	605	-	-	(332)	599	204	-	(341)	(402)	60	10%
(-) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	4.523	922	(315)	(1)	-	5.129	410	(324)	(341)	(240)	4.634	

(A) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 3 d). A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 31 de dezembro de 2020, foram baixados os imóveis que estavam em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos no



>>> Continuação

perícia contábil, tornando, portanto, a questão controvertida, sendo "Possível" o risco de perda. O saldo remanescente está sendo discutido na mesma ação ajuizada em maio de 2016, referida no tópico acima (PIS), relativa à cobrança da COFINS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de alugueis), com expectativa de perda possível; • **CSLL:** Mandado de Segurança preventivo com a finalidade de ver reconhecido o direito líquido e certo de não se submeter à cobrança de CSLL sobre os valores correspondentes às despesas relativas a tributos com exigibilidade suspensa. Também em relação a essa causa, a Companhia desistiu do litígio para incluir os débitos correlatos no PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, que foi convertida na Lei nº 13.496/2017. Como houve depósito judicial do montante contabilizado, este será mantido nos registros da Companhia até que venha a ser convertido em renda da União Federal, o que já está sendo providenciado no processo correlato; • **Taxa de Ocupação:** A cobrança vem sendo discutida em ação tentada com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídica que obrigue a Companhia a recolher taxas relativas a imóveis que não lhe pertencem. Os valores relacionados com as discussões acima reportadas, por se referirem a obrigações legais, são registrados contabilmente independentemente de sua probabilidade de perda; • **Outras contingências:** Além dos processos acima referidos, há também uma suposta contingência de CSLL no valor de R\$ 3.595 (R\$ 3.542 em 31/12/2019), cujas chances de perda são avaliadas como remotas pelos assessores jurídicos patrocinadores da causa.

12 Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, é representado por 3.840.000 ações ordinárias nominativas e 3.840.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias. **b) Reserva de reavaliação:** • **Ativos próprios** - Corresponde a reavaliação de imóveis anterior à Lei nº 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não estomá-la, consoante faculdade prevista na referida Lei. A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo. • **Ativos de investida sob controle comum** - Reflexo da reavaliação de ativos da investida Companhia de Participações Aliança da Bahia, de acordo com o percentual de participação do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial. **c) Reserva legal** - Constituída no final do exercício à razão de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias. A Companhia suspendeu a constituição por ter atingido o referido limite. **d) Outras reservas de lucros** - Refere-se à parcela de retenção de lucros do exercício de 2019, aprovada pela AGO de 31 de março de 2020, e do exercício de 2020 a ser submetida a AGO, conforme proposta de orçamento de capital. Em 2020, foi constituída a parcela de R\$ 1.177 do dividendo adicional proposto. **e) Reserva de lucros a realizar** - Montante de equivalência patrimonial não realizada financeiramente, sendo R\$ 15.397 da Brasicap Capitalização S.A. e R\$ 4.646 da Companhia de Participações Aliança da Bahia. **f) Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)** - Referem-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda da Companhia e das investidas Companhia de Participações Aliança da Bahia e Brasicap Capitalização S.A. A realização deste saldo ocorrerá através da sua transferência ao resultado, à medida que ocorrer a venda dos títulos, líquida dos efeitos tributários. Inclui, também, ajustes acumulados de conversão de investimento societário no exterior, a serem realizados quando da transferência dos recursos para Companhia. Em dezembro deste ano, houve realização de oscilação cambial de R\$ 1.435. **g) Dividendos** - Conforme disposição estatutária é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício. O dividendo adicional proposto acima do mínimo é segregado como dividendo adicional no patrimônio líquido, a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	51.040	16.773
Dividendos prescritos	587	311
Realização da reserva de reavaliação	2.232	1.076
Realização de oscilação cambial de investimento no exterior	1.435	-
Base de cálculo do dividendo	55.294	18.160
Dividendo mínimo obrigatório	13.823	4.540
Dividendo adicional proposto	1.177	120
Total de dividendo proposto	15.000	4.660
Percentual de distribuição	27,13%	25,66%
Por ação ordinária - R\$	1,860119048	0,577959749
Por ação preferencial - R\$	2,046130952	0,635755723

Juntamente com o dividendo sobre o lucro líquido do exercício de 2019, foi aprovada pela AGO de 31 de março de 2020 a distribuição de lucros retidos nos exercícios de 2014 e 2015, cujo total foi dividido em duas parcelas, já liquidadas.

13 Instrumentos financeiros (controladora)

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis. A Companhia considera que não existem riscos inerentes relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que os mesmos estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; e (2) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP. Quanto à carteira de ações, a Companhia registrou perdas não realizadas durante o exercício, reconhecidas no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", devido aos efeitos da COVID 19, cujos reflexos não prejudicaram a cobertura das provisões técnicas. A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

14 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são: • Risco de subscrição; • Risco de mercado; • Risco de crédito; e • Risco operacional.

Gestão de risco de subscrição - Atualmente a Companhia está operando somente nos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais coletivo e participando do Consórcio DPVAT, buscando um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos. Em que pese a Companhia não estar operando em todos os ramos, trabalha na escolha de seus limites de retenção de acordo com critérios técnicos, através de seu setor especializado, visando o equilíbrio de suas operações em qualquer momento, quando do repasse ao ressegurador. **Gestão de risco de mercado** - A Companhia aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, para que se obtenha segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, adotando uma política prudente no portfólio de suas aplicações. A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos, através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados por títulos públicos (LFT, LFT e NTN) e por ações no mercado mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, incluindo fundos de índices e outros títulos de renda fixa privados os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 15). Diante disto, a Companhia está exposta a riscos financeiros ligados à sua carteira de aplicações. Para a mitigação desses riscos, a Companhia possui estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por empresas de primeira linha, com o objetivo de evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. Além disto, a Companhia se utiliza de critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. Os principais riscos a serem identificados na gestão financeira são: • Possibilidade de perda em decorrência de oscilações nos preços e taxas nos mercados financeiros; • Variação desfavorável de retorno financeiro, devido à volatilidade a que está sujeita a sua carteira de ações. **Gestão de risco de crédito** - O principal crédito está relacionado com o IRB-Brasil Resseguros S.A. referente à sua participação em sinistros e Caixa Econômica Federal - SFH. A Companhia reconhece a perda esperada em todas as contas a receber, quando aplicável. **Gestão de risco operacional** - Como possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas e sistemas, o gerenciamento de risco operacional da Companhia tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna, sobre os itens abaixo: • Bons controles internos; • Infraestrutura tecnológica e segurança; • Softwares atualizados; e • Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

15 Garantias obrigatórias das provisões técnicas de seguros (controladora)

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de sinistros a liquidar	92.597	117.126
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	2.279	68.427
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	3.586	4.736
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	2.755	3.076
	101.217	193.365
(-) Depósitos judiciais - Sinistros	(3.332)	(3.727)
(-) Provisões técnicas - Ressegurador	(65.500)	(76.402)
(-) Provisões dos Consórcios DPVAT	-	(74.422)
	(68.832)	(154.551)
Valor a Garantir	32.385	38.814
Bens Garantidores		
ALBASEG FIM CP - MULTIMERCADO	-	7.763
CDB	4.734	-
Debêntures	5.000	-
Ações negociáveis em Bolsa de Valores	6.891	7.702
LTN, LFT e NTN	15.000	15.856
BOVA 11	7.934	7.493
	39.559	38.814

16 Remuneração a administradores

A remuneração a administradores inclui os honorários do conselho de administração e diretoria, cujo montante no exercício foi R\$ 2.073 (R\$ 1.869, em 2019). A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas chave da Administração com base em ações.

17 Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social Correntes (controladora)

Base de Cálculo	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos tributos	49.471	18.460
Ajustes para cálculo da tributação:		
Adições	13.060	8.577
Exclusões	(57.093)	(32.493)
Lucro (prejuízo) fiscal e base positiva (negativa) de CSLL antes da compensação	5.438	(5.456)
Compensação de exercícios anteriores - 30%	(1.631)	-
Lucro (prejuízo) fiscal e base positiva (negativa) de CSLL	3.807	(5.456)
IR devido	928	-
CSLL devida	571	-

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado de 2020, estão influenciados dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação e realização do diferimento sobre venda de imóveis. Para o exercício de 2019, foi efetuada a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a venda de imóveis na proporção da sua realização financeira.

18 Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos. A análise das premissas de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

19 Principais segmentos de operações de seguros - consolidado em 2019 (com os efeitos de resseguro)

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões incorridas
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Consórcio DPVAT	9.191	-	7.176
Acidentes Pessoais	6	(13)	(380)
Vida em Grupo	1.004	705	267
Outros ("run-off")	-	-	(3.936)
Subtotal	1.010	9.904	4.744
Transporte - Uruguai	-	173	102
Total	1.010	10.077	4.846

20 Movimentação das principais contas operacionais vinculadas às provisões técnicas (controladora e consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	-	334
(Reversão)	-	(334)
Total de PPNG	-	-

b) Provisão de sinistros a liquidar

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	97.513	105.048
(Reversão) constituição e encargos	(5.713)	1.425
Transferência para IBNR - DPVAT	-	(1.720)
Baixa Consórcio DPVAT	(7.396)	-
Liquidação	(10.039)	(7.600)
Saldos balanço atual	74.365	97.513

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	23.728	23.948
(Reversão) constituição e encargos	(4.238)	4.337
Liquidação	(472)	(4.557)
Saldos balanço atual	19.018	23.728

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	(4.881)	(4.945)
Reversão (constituição) e encargos	2.767	(28)
Liquidação	298	92
Saldos balanço atual	(1.816)	(4.881)

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	766	1.115
Constituição (reversão) e encargos	264	(349)
Saldos balanço atual	1.030	766
Total de sinistros a liquidar	92.597	117.126

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	68.427	73.109
Constituição (reversão) e encargos	-	(6.402)
Transferência de PSL - DPVAT	-	1.720
Baixa Consórcio DPVAT	(66.281)	-
Saldos balanço atual	2.279	68.427

d) Provisão de despesas relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	4.445	4.378
(Reversão) constituição e encargos	(796)	518
Liquidação	(231)	(451)
Saldos balanço atual	3.418	4.445

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	291	421
(Reversão) constituição e encargos	(81)	11
Liquidação	(42)	(141)
Saldos balanço atual	168	291
Total de despesas relacionadas	3.586	4.736
Provisão Complementar de prêmios	2.755	3.076
Total das Provisões	101.217	193.365

e) Ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	55.880	60.791
Reversão e encargos	(2.010)	(4)
Liquidação	(5.475)	(4.907)
Saldos balanço atual	48.395	55.880

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	17.279	17.491
(Reversão) constituição e encargos	(3.075)	2.494
Liquidação	(136)	(2.706)
Saldos balanço atual	14.068	17.279

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	1.896	2.047
Constituição e encargos	58	126
Liquidação	(172)	(277)
Saldos balanço atual	1.782	1.896

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos balanço anterior	192	287
Reversão e encargos	(59)	(28)
Liquidação	(32)	(67)
Saldos balanço atual	101	192

	31/12/2020	31/12/2019
Outros ativos de resseguros - provisões técnicas	1.154	1.155
Total de ativos de resseguros - provisões técnicas	65.500	76.402

21 Detalhamento de rubricas da demonstração de resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
a) Prêmios ganhos				
Prêmios diretos	689	713	689	710
Prêmios - Consórcio DPVAT	-	9.191	-	9.191
Variação das provisões técnicas de prêmios	-	-	-	176
Provisão Complementar de Cobertura	321	(3.076)	321	(3.076)
Total de prêmios de seguros ganhos	1.010	6.828	1.010	7.001

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
b) Sinistros ocorridos				
Indenizações avisadas	16.123	4.058	16.123	3.679
Despesas com sinistros	428	352	428	341
Consórcio DPVAT	-	(17.652)	-	(17.652)
Recuperação de sinistros - congêneres	(2.977)	(419)	(2.977)	(419)
Salvados e ressarcimentos	-	203	-	203
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(137)	12.511	(137)	12.614
Total de sinistros ocorridos	13.437	(947)	13.437	(1.234)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
c) Custos de aquisição				
Seguros				
Comissões	(39)	(42)	(38)	(911)
Total de custo de aquisição	(39)	(42)	(38)	(911)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
d) Outras receitas e despesas operacionais				
Outras receitas de seguros				
Recuperação e regulação - DPVAT	1.737	1.010	1.737	1.010
Outras receitas - DPVAT	201	86	201	86
Outras receitas	435	326	438	326
Total de outras receitas de seguros	2.373	1.422	2.376	1.422

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras despesas de seguros				
Despesas com cobrança	(80)	(76)	(80)	(76)
Reversão (constituição) do valor recuperável de créditos	(398)	96	(398)	96
Consórcio DP				



>>> Continuação

A Companhia apresentou uma redução nas despesas administrativas no exercício de 2020, devido a um processo de reestruturação interna, visando uma melhor performance no aproveitamento das atividades, tendo contabilizado despesas não recorrentes relativas às rescisões trabalhistas no valor de R\$ 1.319 (R\$ 4.036, em 2019) e também uma redução nas despesas com imóveis no valor de R\$ 1.994. Além disso, não houve reconhecimento de nossa participação nas despesas administrativas do consórcio DPVAT, devido à mudança na forma de contabilização (nota 27.2). O resultado financeiro foi impactado negativamente devido à COVID 19.

22 Partes relacionadas

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, a Companhia efetuou crédito a favor da ADRECOR - Administração, Representações e Corretagens Ltda., a título de comissão sobre cobrança de aluguéis dos imóveis de propriedade da Companhia, no valor de R\$ 29, cessando-se, a partir de março de 2019, as relações contratuais. No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamento de aluguel do imóvel da Sucursal do Rio de Janeiro à Companhia de Participações Aliança da Bahia no montante de R\$ 10 (R\$ 240, em 2019), bem como cobrou da mesma o montante de R\$ 87 (R\$ 62, em 2019) referente a aluguel onde funciona a sua sede. O saldo a receber em 31/12/2020 foi de R\$ 7 (R\$ 7, em 31/12/2019).

23 Demonstração do patrimônio líquido ajustado - PLA

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	198.916	182.458
Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(129.871)	(119.486)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(57)	(39)
Ativos Intangíveis	-	(1)
Créditos de alienação de ativos	(600)	(8.963)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	68.388	53.949

24 Capital mínimo requerido

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, dispõe sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas: • **Capital base:** montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução. • **Capital de risco (CR):** montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado. • O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição; • O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras.

26 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros representam as estimativas das indenizações dos sinistros incorridos por ano, deduzidas das indenizações pagas, cujo saldo demonstra a composição das pendências de sinistros a liquidar por ano incorrido, na data das demonstrações financeiras. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguro direto e de co-seguro aceito, classificadas em sinistros administrativos e judiciais, indicando valores brutos (antes do resseguro e deduzindo congêneres) e valores líquidos de resseguros (nossa parte). Não estão incluídas as provisões de IBNER, PDR e Retrocessões.

a) Desenvolvimento de sinistros - administrativo (bruto menos congêneres): Data-base: dezembro de 2020

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ BRUTO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO												
	ATÉ 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS													
NO ANO DO AVISO	3.331	1.501	362	238	50	52	16	19	80	123	1	113	
UM ANO APÓS O AVISO	3.039	902	191	103	37	42	15	17	38	118	1	-	
DOIS ANOS APÓS O AVISO	3.636	950	202	107	40	45	15	17	39	123	-	-	
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	3.848	1.003	277	121	43	46	15	18	80	-	-	-	
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	4.107	1.069	306	129	45	48	15	19	-	-	-	-	
CINCO ANOS APÓS O AVISO	4.341	1.177	327	213	46	49	16	-	-	-	-	-	
SEIS ANOS APÓS O AVISO	5.262	1.254	338	222	48	52	-	-	-	-	-	-	
SETE ANOS APÓS O AVISO	5.994	1.348	352	229	50	-	-	-	-	-	-	-	
OITO ANOS APÓS O AVISO	6.305	1.401	347	238	-	-	-	-	-	-	-	-	
NOVE ANOS APÓS O AVISO	7.257	1.446	362	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DEZ ANOS APÓS O AVISO	7.430	1.507	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ONZE ANOS APÓS O AVISO	7.762	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	7.762	1.507	362	238	50	52	16	19	80	123	1	113	
PAGAMENTOS EFETUADOS	597	36	-	11	-	-	13	-	-	5	-	-	
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	7.165	1.471	362	227	50	52	3	19	80	118	1	113	
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	9.661	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

b) Desenvolvimento de sinistros - judicial (bruto menos congêneres): Data-base: dezembro de 2020

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ BRUTO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO												
	ATÉ 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS													
NO ANO DO AVISO	34.729	2.479	9.263	390	414	468	378	1.494	842	1.042	488	222	
UM ANO APÓS O AVISO	42.623	1.917	4.475	131	182	246	389	844	761	909	488	-	
DOIS ANOS APÓS O AVISO	46.556	1.918	4.544	195	221	278	417	1.160	835	1.042	-	-	
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	51.887	1.928	4.756	236	257	330	447	1.317	842	-	-	-	
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	52.826	2.083	6.906	273	300	365	564	1.497	-	-	-	-	
CINCO ANOS APÓS O AVISO	63.409	2.157	7.960	287	337	400	554	-	-	-	-	-	
SEIS ANOS APÓS O AVISO	74.673	2.223	8.596	319	372	468	-	-	-	-	-	-	
SETE ANOS APÓS O AVISO	81.237	3.091	8.677	352	414	-	-	-	-	-	-	-	
OITO ANOS APÓS O AVISO	88.505	2.805	9.039	390	-	-	-	-	-	-	-	-	
NOVE ANOS APÓS O AVISO	96.680	3.425	10.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DEZ ANOS APÓS O AVISO	100.342	4.026	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ONZE ANOS APÓS O AVISO	107.506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	107.506	4.026	10.996	390	414	468	554	1.497	842	1.042	488	222	
PAGAMENTOS EFETUADOS	38.267	3.093	5.025	-	-	-	352	6	16	-	-	-	
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	69.239	933	5.971	390	414	468	202	1.491	826	1.042	488	222	
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	81.686	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

RESUMO a e b

PSL ADMINISTRATIVO	9.661
PSL JUDICIAL	81.686
IBNER	220
PSL Retrocessões	1.030
TOTAL (Nota 20 b)	92.597

c) Desenvolvimento de sinistros - administrativo: Data-base: dezembro de 2020

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ LÍQUIDO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO												
	ATÉ 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS													
NO ANO DO AVISO	1.151	151	13	57	42	28	16	9	48	17	1	113	
UM ANO APÓS O AVISO	1.313	86	11	37	31	23	15	8	23	19	1	-	
DOIS ANOS APÓS O AVISO	1.464	82	11	36	34	24	15	8	24	20	-	-	
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	1.536	86	14	43	37	25	15	9	48	-	-	-	
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	1.649	91	15	45	38	26	15	9	-	-	-	-	
CINCO ANOS APÓS O AVISO	1.735	100	16	52	39	27	16	-	-	-	-	-	
SEIS ANOS APÓS O AVISO	2.069	105	17	54	41	28	-	-	-	-	-	-	
SETE ANOS APÓS O AVISO	2.336	141	17	55	42	-	-	-	-	-	-	-	
OITO ANOS APÓS O AVISO	2.344	146	12	57	-	-	-	-	-	-	-	-	
NOVE ANOS APÓS O AVISO	2.711	150	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DEZ ANOS APÓS O AVISO	2.766	156	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ONZE ANOS APÓS O AVISO	2.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	2.885	156	13	57	42	28	16	9	48	20	1	113	
PAGAMENTOS EFETUADOS	228	14	-	11	-	-	13	-	-	5	-	-	
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	2.657	142	13	46	42	28	3	9	48	15	1	113	
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	3.117	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito; • O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional; • O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado. • **Capital Mínimo Requerido (CMR):** capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco; • **Liquidez em relação ao CR:** situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR, obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas. O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 321, de 15 de julho de 2015) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	68.388	53.949
Capital base	15.000	15.000
Capital de Risco (CR)	12.553	10.573
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	53.388	38.949

25 Ativos excedentes a necessidade de cobertura das provisões técnicas e liquidez em relação ao CR

	31/12/2020	31/12/2019
Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas		
Excluindo Consórcio DPVAT (Controladora)	32.385	38.814
Ativos Disponíveis para Garantia		
Títulos de Renda Fixa - Privados	26.443	37.560
Títulos de Renda Fixa - Públicos	45.120	15.856
Ações	17.510	20.094
Total de Ativos	89.073	73.510
Ativos Excedentes	56.688	34.696
Ativos Líquidos de Renda Fixa - São todos os ativos de renda fixa aceitos pelo Conselho Monetário, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% do capital de risco (CR) obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.		
Ativos líquidos - Renda Fixa	46.829	29.797
Capital de risco com operações registradas (CRmerc_R)	12.909	-
Liquidez em relação ao (CRmerc_R) - 20% (CRmerc_R)	2.582	2.115

d) Desenvolvimento de sinistros - judicial: Data-base: dezembro de 2020

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ LÍQUIDO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO												
	ATÉ 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS													
NO ANO DO AVISO	9.795	690	787	177	23	187	228	358	837	145	200	57	
UM ANO APÓS O AVISO	12.230	514	468	46	10	107	230	185	732	132	200	-	
DOIS ANOS APÓS O AVISO	13.588	516	484	74	12	123	246	279	802	145	-	-	
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	15.415	519	528	90	14	137	265	317	837	-	-	-	
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	15.465	578	667	104	17	152	335	361	-	-	-	-	
CINCO ANOS APÓS O AVISO	18.362	602	814	131	19	166	334	-	-	-	-	-	
SEIS ANOS APÓS O AVISO	21.234	622	883	145	21	187	-	-	-	-	-	-	
SETE ANOS APÓS O AVISO	23.991	852	785	160	23	-	-	-	-	-	-	-	
OITO ANOS APÓS O AVISO	26.263	778	829	177	-	-	-	-	-	-	-	-	
NOVE ANOS APÓS O AVISO	28.674	952	960	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DEZ ANOS APÓS O AVISO	29.712	1.119	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ONZE ANOS APÓS O AVISO	32.379	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	32.379	1.119	960	177	23	187	334	361	837	145	200	57	
PAGAMENTOS EFETUADOS	9.475	857	447	-	-	-	211	6	16	-	-	-	
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	22.904	262	513	177	23	187	123	355	821	145	200	57	
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	25.767	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

27 Outras informações

27.1. Novas Normas - Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas pela Companhia e não referendadas pela SUSEP: • **CPC 48 - Instrumentos financeiros** - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis colocou esta norma em vigor em 01 de janeiro de 2019, mas ela ainda não foi referendada pela SUSEP, que prevê a sua adoção em conjunto com o novo CPC de Contratos de Seguros equivalente ao IFRS 17. A previsão de entrada em vigor do IFRS 17 é 01 de janeiro de 2023, conforme o *International Accounting Standard Board - IASB*. O IFRS 17 ainda não foi referendada pela SUSEP. • **IFRS 16 - Leasing (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil)** - Entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, mas não foi referendada pela SUSEP. • **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro** - Entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, mas não foi referendada pela SUSEP. **27.2. Novas Resoluções CNSP** - A resolução CNSP nº 388, de 08 de setembro de 2020, estabeleceu a segmentação das entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, estando esta seguradora enquadrada no segmento 3/S3, devendo ser observada também a resolução 389 do CNSP, de 08 de setembro de 2020, com vigência a partir de 04 de janeiro de 2021. A partir de 1/1/2021, a seguradora líder do consórcio DPVAT será responsável pela gestão do seguro DPVAT referente exclusivamente aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020 (run-off), conforme resolução do CNSP 399, de 29/12/2020 e das provisões técnicas e respectivos ativos garantidores das obrigações acima. **27.3. Consórcio DPVAT** - A partir de janeiro de 2020, o reconhecimento contábil da participação no Consórcio DPVAT passou a adotar o percentual da Companhia sobre a margem informada pela seguradora Líder, e sendo determinada a baixa das provisões técnicas e retenções referentes à garantia das aplicações representadas pelas Quotas de Fundos de



>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

Parecer dos auditores atuariais independentes

são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que servirão de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros

Estadísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Opinião - Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas

com sinistros, análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2021.

Paulo Pereira Ferreira MIBA nº 507

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Seguros Aliança da Bahia Salvador - BA

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Seguros Aliança da Bahia ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Equivalência patrimonial e operações relacionadas ao seguro DPVAT - Parte significativa do resultado da Companhia é proveniente da equivalência patrimonial sobre seus investimentos em participações societárias e operações relacionadas ao seguro DPVAT. Devido à relevância dos valores registrados, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a análise das demonstrações financeiras das coligadas, verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas, recálculo da equivalência patrimonial, verificação do percentual de participação da (Companhia na Seguradora Líder, seguradora que administra as operações relacionadas ao seguro DPVAT. Consideramos que os registros e divulgações efetuados pela Companhia são consistentes.

Provisões técnicas de seguros - Apesar de atualmente possuir baixo nível de operações, a Companhia possui registrado no seu passivo, no grupo Provisões Técnicas, o valor de R\$ 101.217 mil relativo à sua estimativa de perda em processos administrativos e judiciais relacionados a sinistros. Estas provisões possuem cobertura, representados por ativos e bens garantidores, conforme mencionado na nota explicativa nº 15. Contudo, em virtude das incertezas e subjetividade inerentes aos contratos de seguros, o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas envolvem alto grau de julgamento. A Administração da Companhia continuamente avalia as premissas e as metodologias adotadas, tais como: expectativa de sinistralidade, mortalidade, longevidade, desenvolvimento histórico de sinistro, entre outras.

Adicionalmente, essas premissas e metodologias são examinadas por auditores atuariais independentes. Devido à relevância e as incertezas envolvidas no processo de mensuração dessas provisões, além do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam ocasionar no valor das Provisões Técnicas, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (1) o entendimento dos controles internos relevantes sobre os saldos contábeis; (2) análise e teste documental das principais variações ocorridas mensalmente; (3) verificação da adequação dos valores provisionados em relação aos valores efetivamente pagos; e (4) a avaliação pelo nosso especialista atuarial da consistência dos dados, razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas e no teste de adequação dos passivos (TAP). Com base nas evidências obtidas, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são adequadas e as divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com as informações obtidas.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, a nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 23 de fevereiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/0-1 -S- BA

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/0-6 -S - BA